

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

PORTO & MAR

Portuários têm novo representante no Consad

João de Andrade deixa o posto após 17 anos

EGLE CISTERNA
DA REDAÇÃO

Depois de 17 anos representando os trabalhadores da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) no Conselho de Administração (Consad) da estatal, o técnico portuário João de Andrade deixou o posto. Em seu lugar, assumiu o gerente de Inteligência de Segurança, Helio Marques de Azevedo. O portuário foi oficializado no cargo, na semana passada, em assembleia ordinária realizada na sede da estatal.

Andrade, que também é vice-presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), foi o funcionário que ficou por mais tempo no Consad e saiu por conta da mudança de legislação. A norma impede que dirigentes sindicais ocupem assento em conselhos de estatais.

Por oito gestões, ele foi

reconduzido à função de conselheiro pelos representantes dos sindicatos das diversas categorias de trabalhadores ligados à administração portuária.

“Trabalhar no Porto é muito bom e eu fico orgulhoso de ter chegado numa cadeira mais alta dentro da empresa, que é a de conselheiro. Foi muito gratificante e aprendi muito”, afirma Andrade, funcionário da Autoridade Portuária há 32 anos.

REPRESENTANTE ELEITO

O novo representante dos trabalhadores no Consad foi eleito em abril, com 179 votos dos 789 funcionários da estatal. Formado no curso de tecnologia em Segurança Pública e qualificado em Segurança Portuária pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos), Azevedo é guarda portuário.

João de Andrade vice-presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport)

‘A Codesp virou uma empresa sem deliberação’

Depois de tanto tempo, como o senhor avalia a troca do representante dos trabalhadores no Consad?

A mudança dentro conselho para qualquer representante tem o lado bom e o lado ruim. O bom é quando na troca chegam pessoas com conhecimento, com experiência e que contribuem para que o Porto cresça. Mas é complicado quando vêm pessoas sem experiência. Nos últimos anos, vieram pessoas com muito conhecimento de Porto, de dragagem, de exportação, de importação, dos entaves, que sabem do que o porto precisa. O Helio (Marques de Azevedo, o guarda portuário que assume o cargo) é uma pessoa que conhece todos os cantos da empresa, desde Itatinga, em Bertioga, até a Ponta da Praia e do lado do Guarujá. Ter conhecimento é importante para dar andamento aos processos.

Teve alguma coisa que deixou de fazer como conselheiro?

Não consegui virar na legislação que diz o conselheiro representante dos trabalhadores não se pronuncia e nem vota na relação capital-trabalho. Isso acaba sendo um desgaste para a gente, pois somos cobrados para resolver questões trabalhistas e isso não se resolve



IRANDY RIBAS

comigo ali e nem com nenhum trabalhador que tomar assento. A gente discute e defende a empresa, fiscaliza os gastos, o que entra, o que sai, os contratos, arrendamentos, as licitações para ver se aquilo está coerente com a legislação e com o que foi licitado. Mas

tem que ficar de fora das discussões que envolvem o aspecto trabalhista.

Como o senhor avalia a nova legislação que alterou as regras de escolha de conselheiros?

A lei veio com pontos bons.

Todo conselheiro tem que mostrar que tem os requisitos para sentar na cadeira, tem uma avaliação, uma entrevista que aprova ou não o currículo. E, além disso, para o representante do trabalhador, tem a eleição. Agora, o representante só pode ser reconduzido uma vez. Isso também tem lado bom e ruim, porque permite que mais pessoas possam passar pelo conselho, mas impede que fiquem por muito tempo a fim de aprender mais sobre o funcionamento do Consad.

As leis mudaram muito o formato de gestão da Docas nos últimos anos?

A legislação mudou para beneficiar muita coisa, mas também tirou o poder da Codesp, do CAP (Conselho de Autoridade Portuária). A Codesp virou uma empresa que não tem deliberação. Para tudo ela depende do Governo, precisa do aval do Ministério até para um acordo coletivo de trabalho, que para mim é um fato corriqueiro. Em uma empresa que dá lucro, que é autossustentável, o seu gestor não poder assinar um acordo coletivo com os seus funcionários, é complicado. Precisamos descentralizar para melhorar a gestão.